

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 -
Rua Major França Gomes, nº 56 - Santa Quitéria - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Semestre de 2013

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **NEGRESCO S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos**, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativas ao 2º semestre de 2013.

Contexto Econômico

O crescimento em 2013, conforme divulgado pelo IBGE, foi puxado por investimentos e serviços. No entanto o resultado da inflação medida pelo IPCA contrariou as projeções e metas estabelecidas pelo Banco Central, atingindo o patamar de 5,91%, maior que a inflação do ano anterior (5,84%) e acima do centro da meta estabelecida em 4,5%.

A inflação é a variável central na economia brasileira, uma vez que toda a política monetária está orientada sobre ela. A alta da inflação pode ser considerada um indicador de aquecimento da economia, apontando, por sua vez, que o consumo está além do potencial da capacidade produtiva. É função do Banco Central, fazer com que a inflação convirja para o centro da meta. Contudo, expectativas de instituições financeiras, projetam para 2014, que a inflação será maior que em 2013. Um dos principais instrumentos utilizados pelo Banco Central para influenciar a atividade econômica e, por consequência, manter a inflação oficial dentro da meta estabelecida pela equipe econômica, é a taxa de juros Selic.

Quando o Copom do Central aumenta a Selic, o objetivo é conter o excesso de demanda aquecida, gerando assim, reflexos nos preços uma vez que os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao subir os juros, o Banco Central atua para controlar a inflação e, ao baixá-lo, teoricamente, barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, repulando, desta forma, que a inflação está em consonância com a meta.

Embora a inflação continue sendo um grande empecilho ao governo, este, por sua vez, continua afirmando que não há risco de descontrole inflacionário.

As taxas de juro e a inflação apesar de estarem dentro de uma normalidade, ainda não representam um cenário ideal. Juros baixos, compromisso com meta inflacionária e solidez fiscal são base para maior crescimento da economia.

Além disso, em meio às recentes passagens e manifestações ocorridas, acienta-se o dilema enfrentado pelo governo com relação à política fiscal. A alta carga tributária é sem dúvida um ponto sensível, principalmente se aliada à falta de investimentos públicos. Seria desejável um aperto da política fiscal para gerar recuperação da confiança. Por outro lado, para atender as demandas e necessidades da população por melhor na qualidade dos serviços públicos, o governo terá que reduzir e equacionar gastos públicos e, ou arcar com um maior custo fiscal.

No entanto, a tendência para 2014 é de que haverá pressão maior sobre os chamados preços administrados. Todavia, algumas variáveis político econômicas devem ser alinhadas pelo governo, visando garantir uma economia competitiva, um setor público eficiente e ágil, desburocratizando processos, facilitando investimentos, arrecadando de forma eficiente e melhorando e tornando sustentáveis, no longo prazo, a qualidade e eficiência dos serviços públicos.

Quanto ao crescimento econômico brasileiro, o que se nota é que o governo reduziu a previsão de crescimento em 2014 para 2,5% do PIB. Ainda assim, a expectativa do governo continua mais otimista que as de organizações internacionais e de analistas do mercado. Para isso, o governo precisa continuar comprometido e atento aos pilares que guiam a política econômica brasileira: superávit primário forte, câmbio e cumprimento da meta de inflação.

O governo anunciou um corte de R\$ 44 bilhões no orçamento geral da união em 2014, incluindo R\$ 7 bilhões do PAC (programa de aceleração do crescimento). A meta de economia para pagar juros da dívida (o chamado superávit primário) foi fixada em R\$ 99 bilhões, equivalente a 1,9% do PIB. A economia de mercado funciona em ciclos econômicos de expansão e contração da produção, da renda, do investimento e do emprego. A intervenção do estado na economia visa, a princípio, estabelecer preços, o nível de emprego, a renda e outras variáveis macroeconômicas relevantes. Apesar do tímido crescimento da economia e da moderação do consumo, a taxa de desemprego no país caiu para 5,4% na moda de 2013, sendo considerada a menor marca histórica da pesquisa mensal de emprego IBGE. Por outro lado, a renda, não tem acompanhado o crescimento no mesmo vir. A desaceleração é resultado da queda do crédito para o consumo, do menor reajuste do salário mínimo com a consequente injeção de menos recursos na economia, da continuação de empresários, da inflação que correu a renda e dos juros mais elevados.

Contudo, a inadimplência do consumidor fechou 2013 com queda de 2% na comparação com o ano anterior. De acordo com os levantamentos, esse é o primeiro recuo no comparativo desde o

início da série histórica feita pela Serasa Experian. Pesaram sobre o desempenho da inadimplência em 2013 os recuos de 9,4% no volume de cheques sem fundo e de 4,8% na falta de pagamentos de dívidas não bancárias, como cartões de crédito, financeiros e lojas em geral.

A manutenção de baixas taxas de desemprego ao longo de 2013, o maior rigor na concessão de crédito por parte das instituições financeiras e a maior preocupação dos consumidores em quitar suas dívidas, em vez de assumirem novos financiamentos, impulsionaram o recuo da inadimplência durante 2013.

Acreditamos, portanto, que o desempenho da economia brasileira dependerá, naturalmente, da evolução da economia mundial e, em boa medida, das decisões que forem tomadas pelo governo. Além das eleições, 2014 é ano de Copa do mundo no Brasil. Tudo leva a crer que deveremos ter um incremento substancial no movimento do turismo (interno e externo), cujo impacto sobre o consumo e os serviços é difícil de mensurar. Em face deste evento com essa magnitude nacional e mundial é prematuro descartar a possibilidade de a economia crescer acima dos índices projetados. Nesta linha, quem trabalhar apenas com cenários pessimistas pode, talvez, perder grandes oportunidades.

De forma conclusiva, num mercado competitivo e dinâmico, o bom desempenho econômico decorre da melhora do nível de emprego e do aumento da renda do trabalhador. Portanto, em todos os segmentos e naturalmente naqueles mais sensíveis às oscilações do crédito, diante das incertezas com relação aos impactos de qualquer crise financeira, sobre o nível de avançamento das instituições financeiras, é tendência natural manter a qualidade dos produtos e serviços, o bom senso e o conservadorismo na concessão de créditos.

Balizados nestas perspectivas e acompanhando os movimentos e oscilações do mercado, a NEGRESCO CF continuará com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor, operações próprias e inerentes às atividades de crédito e financiamento, que lhe são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojistas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido

A NEGRESCO vem atuando em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária decorrentes do curso normal de suas atividades.

Assim, em maio de 2009, favoravelmente à NEGRESCO, transitou em julgado um processo reconhecendo a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e COFINS, promovida pela Lei nº 9.718/98. Esta respeitável decisão garantiu à Financeira, o direito líquido e certo de receber referidos tributos de acordo com as regras estabelecidas nas Leis Complementares 70/91 e 07/93, sem as mudanças de base de cálculo e alíquotas estabelecidas na Lei nº 9.718/98.

No entanto, em maio de 2011, a União Federal interpsu ação rescisória, com pedido de novo julgamento, visando desconstituir a decisão proferida, solicitando a concessão da tutela antecipada, impedindo de imediato a realização e compensação de créditos fiscais com base na ação rescisória.

Em junho de 2011, a Administração da NEGRESCO foi surpreendida com a comunicação do deferimento de antecipação dos efeitos da tutela para suspender liminarmente a execução do jugado rescisório. A NEGRESCO, em tempo oportuno, apresentou sua contestação em relação à decisão mencionada. Desta forma, em dezembro de 2012, foi proferido **ACORDÃO pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmando os efeitos prospectivos da ação rescisória, preservando e mantendo, assim, as compensações realizadas pela NegreSCO**.

A União Federal / Fazenda Nacional interpsu recurso extraordinário contra a Acórdão proferido por órgão Colegiado da Corte do Tribunal Regional Federal, que será apreciado e julgado tendo em conta o prequestionamento da matéria.

Contudo, embora acreditando no êxito que já foi o conteúdo pela decisão transitada em julgado, ratificada pelo julgamento proferido em Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a Administração da Financeira vem mantendo a provisão do PIS/COFINS realizada em novembro de 2011 no valor total de R\$ 24,8 milhões, decorrentes das compensações realizadas com créditos tributários oriundos da referida ação, que atualizada pela taxa SELIC, representa em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 27,9 milhões. O resultado contábil positivo da NegreSCO S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício de 2013, alcançou a importância de **R\$ 9,8 milhões**, com Patrimônio líquido equivalente a **R\$ 32,8 milhões**. Contudo, ainda em decorrência do reconhecimento da despesa caracterizada pela provisão do PIS/Colins, o lucro solveu os resultados negativos acumulados.

A NEGRESCO adota uma política rigorosa na administração dos riscos inerentes às suas atividades.

A centralização da análise de crédito é uma das ações adotadas para obter um controle adequado desses riscos, objetivando aplicar as melhores práticas de mercado compatíveis com a natureza e a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Risco Operacional

O processo da estrutura de gerenciamento do risco operacional implementado, está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. A NEGRESCO S/A continuamente agrega esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de governança corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional. Promover a melhoria contínua dos seus produtos, serviços, processos e procedimentos, visando à qualidade de suas atividades operacionais.

Estrutura de Gerenciamento

O gerenciamento de risco operacional é uma das atribuições e responsabilidades da Diretoria da NEGRESCO, composta por um Diretor Presidente e 04 (quatro) Diretores, indicados e eleitos em Assembleia Geral, para mandatos de 02 (dois) anos, cujas funções são, correm mediante termo lavrado e assinado em livro próprio, após homologação pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional na NEGRESCO respeta, segue, acompanha e atende as seguintes fases:

a) Identificação

É realizada mediante o mapeamento dos riscos operacionais, bem como, dos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição;

b) Avaliação

Periodicamente os riscos operacionais são acompanhados e avaliados buscando-se conhecer a eficácia dos controles implementados com a finalidade de mitigar o risco operacional;

c) Monitoramento

Os potenciais eventos de perdas operacionais têm permanente acompanhamento, mediante utilização dos controles internos existentes, cujo manual é base para que se possa avaliar e validar o desempenho e eficácia dos controles de risco, tanto da instituição, quanto dos serviços terceirizados;

d) Controle

É realizado mediante acompanhamento das ações implementadas visando à mitigação do risco operacional. Testes são realizados periodicamente com a finalidade de identificar se os processos e procedimentos são adequados. Assim, eventuais falhas constatadas, são objeto de propostas de melhoria dos respectivos controles;

e) Mitigação

Representa o objetivo maior da implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional e da melhoria dos controles de riscos. Assim, o desenvolvimento de mecanismos e planos de ações com essa finalidade são prioritários no controle dos riscos operacionais identificados. A auditoria interna da NEGRESCO tem papel importante na estrutura de gerenciamento de risco, atuando em revisões regulares e sistemáticas, sempre buscando identificar os acertos e eventuais desvios nos controles implementados. A NEGRESCO vem trabalhando efetivamente no aperfeiçoamento da sua estrutura de risco operacional devido à sua importância para a qualidade do seu sistema de controles internos e no desenvolvimento de suas atividades operacionais.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da NEGRESCO S/A sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Neste horizonte, o planejamento, implantação, implementação e manutenção dos controles internos e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que os processos e atividades da empresa e, consequentemente, uma gestão ética e transparente, bem como a elaboração de Demonstrações Financeiras que refletem com fidelidade e clareza a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, as quais são elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 31 de dezembro de 2013.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2013		PASSIVO	Nota explicativa	2013	
		2013	2012			2013	2012
		(Reapresentado)				(Reapresentado)	
CIRCULANTE		163.170	139.817	CIRCULANTE		84.645	82.892
Disponibilidades	5	2.525	408	Depósitos	13.a	21.594	19.140
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.102	5.550	Depósito a prazo		21.594	19.140
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5 e 6	4.102	5.550	Outras obrigações		63.051	63.552
Títulos e valores mobiliários	7	772	5.330	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		96	52
Carteira própria		-	5.330	Sociais e estatutárias	14	5.056	817
Operações de crédito	8	150.575	118.363	Diversas	15	57.899	61.833
Operações de crédito:				NÃO CIRCULANTE		65.391	80.460
Sétor privado		141.634	81.976	Depósitos	13.a	33.121	49.106
Operações de crédito vinculadas a cessão		39.333	37.404	Depósito a prazo		33.121	49.106
Provisão para perdas em operações de crédito		(30.192)	(21.017)	Recursos de aceites e emissão de títulos		4.357	-
Outros créditos	9	5.884	8.026	Recursos de aceites cambiais	13.b	4.357	-
Diversos		5.884	8.026	Outras obrigações		27.913	31.354
Outros valores e bens	10	-	589	Diversas	15	27.913	31.354
Despesas antecipadas		85	580	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	32.883	24.344
NÃO CIRCULANTE		18.892	47.506	Capital de domicílios no País		32.675	32.675
Títulos e valores mobiliários	7	-	33.450	Reserva legal		208	-
Carteira própria		-	33.450	Prejuízos Acumulados		-	(8.331)
Operações de crédito	8	3.933	3.969	Total		182.919	187.496
Operações de crédito:							
Sétor privado		3.922	3.991				
Operações de crédito vinculadas a cessão		12	-				
Provisão para perdas em operações de crédito		(1)	(122)				
Outros créditos	9	14.959	10.070				
Diversos		14.959	10.070				
Outros valores e bens	10	-	87				
Despesas antecipadas		-	87				
PERMANENTE		857	1.173				
Imobilizável	11	617	714				
Outras imobilizações de uso		1.389	1.353				
Depreciações acumuladas		(72)	(630)				
Intangível	12	240	459				
Outros ativos intangíveis		2.418	2.405				
Amortização acumulada		(2.178)	(1.946)				
Total		182.919	187.496				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

		2º semestre		Exercício		Exercício	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8	58.489	110.089	74.028	8	58.489
Operações de crédito		6	343	516	556	6	343
Operações de aplicações interfinanceiras de liquidez		7	7.288	24.968	30.827	7	7.288
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		13.c	(13.221)	(36.554)	(35.142)	13.c	(13.221)
Operações de captação no mercado		8.d	(21.490)	(42.914)	(26.514)	8.d	(21.490)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		20	(20.458)	(37.584)	(31.400)	20	(20.458)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		21	(4.974)	(8.893)	(2.506)	21	(4.974)
Recargas de prestação de serviços		22	417	606	606	22	417
Despesa de pessoal		23	(1.448)	(2.920)	(2.980)	23	(1.448)
Outras despesas administrativas		-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias		-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais		-	-	-	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS		-	-	-	-	-	-
Lucro na alienação de valores e bens		-	-	-	-	-	-
Outras receitas não operacionais		-	-	-	-	-	-
Prejuízo na alienação valores bens		-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO		24.a	8.521	13.957	17.115	24.a	8.521
Imposto de renda e contribuição social		-	(2.881)	(4.118)	440	-	(2.881)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(4.482)	(7.124)	(2.126)	-	(4.482)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	1.961	3.006	2.566	-	1.961
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		-	5.640	9.839	43.715	-	5.640
Quantidade de ações no final do exercício / semestre		-	32.675.000	32.675.000	32.675.000	-	32.675.000
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações de capital no final do exercício / semestre		-	0,17	0,30	0,23	-	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

		2º semestre		Exercícios Fhios	
		2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.640	9.839	7.615	7.615
Lucro líquido do semestre / exercício		-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.601)	(3.006)	(2.566)	(2.566)
Aumento (redução) em depósitos e contribuição social		4.482	7.124	2.126	2.126
Depreciações e amortizações		187	391	522	522
Provisão para devedores duvidosos		21.490	42.914	26.514	26.514
Apropriação da despesa antecipada		259	582	1.045	1.045
Lucro (prejuízo) em operações com clientes e trabalhadores		1.320	2.821	1.848	1.848
Lucro na venda de bens do ativo permanente		-	-	(26)	(26)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.978)	(5.117)	(1.811)	(1.811)
Variações em ativos e passivos		-	-	-	-
Redução (aumento) nos títulos e valores mobiliários		41.465	39.370	3.923	3.923
Redução (aumento) nas operações de crédito		(45.420)	(75.190)	(105.922)	(105.922)
Redução (aumento) nas despesas antecipadas		(699)	256	(5)	(5)
Redução (aumento) em outros créditos		1.519	(13.531)	4.209	4.209
Aumento (redução) em depósitos		4.357	4.357	(2.500)	(2.500)
Aumento (redução) em cobranças e arrecadações de tributos		41	45	(56)	(56)
Aumento (redução) em provisões fiscais e previdenciárias		(31.623)	(9.763)	(7)	(7)
Aumento (redução) em obrigações por cessões de créditos		1.861	(1.061)	58.866	58.866
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		2.674	2.043	(5.800)	(5.800)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(49)	(92)	(108)	(108)
Adições (redução) permanentes		-	-	18	65
Alienação do ativo permanente		-	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(49)	(74)	(23)	(23)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-	-	-
Aumento de capital		-	-	-	-
Distribuição de dividendos		(1.300)	(1.300)	(1.000)	(1.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(1.300)	(1.300)	7.000	7.000
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		1.325	669	1.177	1.177
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa		5.302	5.958	4.781	4.781
Caixa e equivalente caixa no início do semestre / exercício		6.627	6.627	5.958	5.958
Caixa e equivalente caixa no final do semestre / exercício		6.627	6.627	5.958	5.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua na próxima página-->

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua Major França Gomes, nº 56 - Santa Quitéria - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Negresco S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 05 de julho de 2001, estando autorizada a operar com as carteiras de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de créditos diretos ao consumidor (CDC) para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais e administração de cartão de crédito.

2. APLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 4.141/12 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis 11.638/07, 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outros regulamentos dessa Instituição.
Em atendimento ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 02 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologados pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
- g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11

h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
A Resolução BACEN nº 3.533/08 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou transferência de ativos financeiros (cessão de crédito).
Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2014.

3. PRINCIPAIS APLICAÇÕES CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

- a) Ajuste do resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
- b) Ativos e passivos circulantes e a longo prazo
São avaliados pelo valor de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto, incluindo o risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.
- c) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão em condições de liquidação pelo valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são avaliados conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001 foram classificados na seguinte categoria:
Títulos disponíveis para venda: são aqueles dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado, e avaliados a valores de mercado, quando aplicável, em contrapartida à destinação contra o balanço denominada: "Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
1. Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do exercício (rendimentos), na experiência passada, variando de acordo com os respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "HH" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.
As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.
ii. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 em 21 de novembro de 2000, em montante líquido suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, avaliados em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos especificamente relacionados ao cliente.
iii. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
A	a vencer	-
A	até 14 dias	0,50%
B	de 15 a 30 dias	1,00%
C	de 31 a 60 dias	3,00%
D	de 61 a 90 dias	10,00%
E	de 91 a 120 dias	30,00%
F	de 121 a 150 dias	50,00%
G	de 151 a 180 dias	70,00%
H	acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após isso, são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.
As operações de crédito controladas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novas fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
g) Transações de cessão, venda ou transferência de ativos financeiros
A partir do 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, devem ser classificadas nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período?
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Quando ocorre a transferência de controle do ativo financeiro a instituição cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, reconhecendo o passivo referente à obrigação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém

substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

a) avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram realidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.

h) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas são aquelas pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.
i) Ativo imobilizado
Equivalentes aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferem os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.
E demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Instalações e utensílios
Móveis e utensílios
Sistema de comunicação e equipamentos
Sistema de processamento de dados

j) Ativo Intangível
O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)
E reconhece uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.
A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

l) Depósitos e captações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

m) Outros ativos e passivos
Os ativos e passivos são avaliados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

n) Outros ativos e passivos
Os ativos e passivos são avaliados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

o) Provisão para imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Impostos porretidos
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser aplicadas apenas para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Impostos diferidos
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que las diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e o lucro tributável é ajustado para refletir o balanço de impostos diferidos ativos e passivos reconhecidos no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

o) Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.429/10, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições;
• Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

g) Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

h) Lucro por ação
O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

4. REPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ANOS ANTERIORES EM DECORRÊNCIA DE ERROS
Em dezembro de 2012, a Financeira reconheceu receita, líquida de impostos, no montante de R\$227, referente a créditos recebidos pelos clientes e não identificados. A Financeira tem como política reconhecer como receita os créditos não identificados após o período de seis meses, porém, em fevereiro de 2013, observou-se que os referidos créditos ainda estavam dentro do prazo definido, consequentemente, foram allocated indevidamente ao resultado do exercício do segundo semestre de 2012. Os valores foram conciliados.

Por outro lado, erro, a Sociedade efetuou o ajuste retrospectivamente, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros. Consequentemente, o patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2012 apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido foi ajustado conforme abaixo:

	2013	2012
Patrimônio líquido em 31/12/2012 - originalmente publicado	24.571	24.571
Ajuste, líquido de impostos	(227)	(227)
Patrimônio líquido em 31/12/2012 - ajustado	24.344	24.344

Lucro líquido do exercício em 31/12/2012 - originalmente publicado 7.542
Ajuste, líquido de impostos (227)
Lucro líquido do exercício em 31/12/2012 - ajustado 7.615

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Disponibilidades	2.525	408
Aplicações interfinanceiras (nota 6)	4.102	5.550
	6.627	5.958

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

DI - não ligadas 4.102
(-) Rendas a apropriar (1)
4.102 5.550

Estas operações não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza e possuem convertibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações interfinanceiras estão contratadas com taxa pós-lavada entre 83,94% a 101,49% do CDI.

A financeira auferiu no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, receitas com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 343 e R\$ 516, respectivamente (R\$ 558 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Em 31 de dezembro de 2012, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas dos fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC"), Credipar I e Credipar Mais, conforme apresentado abaixo:

	2013	2012
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR I	443	5.447
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR MAIS	5.447	5.990
Circulante	---	---
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR I	---	---
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR MAIS	33.480	33.480
Não Circulante	---	---
Total	39.370	39.370

(a) O FIDC Credipar I foi encerrado em 03 de junho de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(b) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(b) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(c) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(c) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(d) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(d) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(e) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(e) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(f) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(f) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(g) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(g) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(h) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:	---	---

(h) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento do fundo, o valor dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	2013	2012
Disponibilidade	842	33.858
Carteira de crédito	33.858	(33.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
Titulos de valores mobiliários	---	---
(i) O FIDC Credipar Mais foi encerrado em 23 de dezembro de 2013 e conforme o Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Orlações de Obrigações firmado entre as partes, as operações de créditos em aberto remanescentes foram		

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua Major França Gomes, nº 56 - Santa Quitéria - Curitiba - PR

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

registradas na CIP - Câmara Interbancária de Pagamento. A Finança também fez cessões de créditos com relação substancial de riscos e benefícios, durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, junto aos bancos Bradesco, HSBC, Safra e Paraná Banco no montante de R\$58.840 e R\$78.753 respectivamente (sem valores em 2012).
Desta forma, a entidade continuou a registrar os valores cedidos em seu ativo, conforme demonstrado nessa nota no item "c", e atualizou as taxas firmadas inicialmente com os seus clientes. Em contrapartida, os recursos recebidos provenientes de cessão foram registrados no passivo, na rubrica contábil "Outras obrigações - diversas", pelo efetivo valor recebido, o qual está sendo atualizado de acordo com as taxas praticadas nos contratos de cessão de crédito (nota 15).
Tanto as receitas das operações registradas no ativo quanto as despesas das operações registradas no passivo estão sendo reconhecidas no resultado do período por competência.

14. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2013	2012
Devedores diversos - passivos	1.98	855
Impostos e contribuições a compensar (a)	3.309	2.956
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (b)	1.566	1.685
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (c)	227	-
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL Diferido (d)	15.342	12.336
Outros	299	231
Sub-Total	20.851	18.105
Provisão Outros	(8)	(9)
Total	20.843	18.096
Circulante	5.384	8.026
Não circulante	14.959	10.070

a) Referem-se basicamente a: (i) CS paga a maior em 2010 no montante de R\$ 825 (R\$ 773 em 2012); (ii) IRPJ e CSLL recolhido indevidamente no montante de R\$ 1.504 (R\$ 1.407 em 31 de dezembro de 2012) e (iii) Saldo negativo de IRPJ de 2010 no montante de R\$ 589 (R\$ 553 em 31 de dezembro de 2012).
b) Referem-se basicamente a valores a receber, por faturamento emitido aos titulares de cartões de crédito private label. Esse valor representa a soma das faturas do mês e das compras parceladas, cujo saldo pode ser liquidado pelo valor total ou mínimo e, nesse caso, financiado como crédito rotativo.
c) Referem-se a operação de cessão de cheques com o Banco Bradesco. Do montante cedido/custodiado, o Banco Bradesco libera 80% do ato da cessão e retém 20% do valor que garante que é liberado conforme fluxo de pagamentos/recebimento dos cheques.
d) A Finança registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças tributárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura elaborado para o segundo semestre de 2013. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por prováveis de clientes inadimplentes e provisão para riscos fiscais e cíveis, conforme apresentado abaixo.

	2013	2012
Provisão para perdas em operação de crédito	3.401	1.618
Provisão para riscos cíveis	511	414
Provisão para riscos fiscais	11.158	10.593
Prejuízo fiscal	349	231
Outros	272	118
Total	15.342	12.374
Provisão para redução do valor realizável	(8)	(9)
Saldo do crédito tributário registrado no ativo em 31 de dezembro de 2013	15.342	12.336

Expectativa de realização do crédito tributário.
Conforme Resolução 3059/02, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças tributárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. A Finança efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2013, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Com base nesse estudo, em 31 de dezembro de 2012, uma provisão no valor de R\$ 938 foi elevada para reduzir o montante dos créditos tributários ao valor compatível com a expectativa de geração de lucros tributáveis. Em 2013 essa provisão foi revertida.
Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Diferença temporária 2013	2012
2014	3.673	-
2015	511	-
2016	5.992	-
2017	1.987	-
2018	1.982	-
2019 a 2023	1.297	-
Total	15.342	-

10. OUTROS VALORES E BENS

As despesas antecipadas, no montante de R\$ 85 (R\$ 667 em 31 de dezembro de 2012), classificadas em "Outros valores e bens" referem-se a comissões pagas na captação de recursos com terceiros, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação e estão segregadas da seguinte forma:

	2013	2012
Circulante	85	580
Não circulante	87	-
Total	172	580

No semestre e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aproximadamente R\$ 1.040 (R\$ 1.040 em 31 de dezembro de 2012) reconhecidas na rubrica de Outras despesas administrativas.

11. IMOBILIZADO DE USO

	2013		2012	
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.015	(553)	462	518
Equipamentos de comunicação	337	(206)	131	165
Outros	37	(13)	24	31
Total	1.389	(772)	617	714

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2013, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

12. INTANGÍVEL

	2013		2012	
	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Processamento de dados	2.016	(1.839)	177	117
Outros	402	(279)	123	146
Total	2.418	(2.118)	300	263

13. CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS A PRAZO (DPGE) E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

	2013			2012				
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	-	21.594	33.121	54.715	-	-	-	54.715
Total	-	21.594	33.121	54.715	-	-	-	54.715
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-

Depósitos a prazo
Total
Circulante
Não circulante

Os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) foram contratados no país, sendo remunerados entre 115% a 126% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário ou IPCA mais juros de 7,50% a 8,40% a.a.. No semestre e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas despesas no resultado no montante de R\$ 2.987 e R\$ 6.089 respectivamente (R\$ 6.840 em 31 de dezembro de 2012).
b) Recursos de ações e emissões de títulos
Em 31 de dezembro de 2013, são constituídas por títulos cambiais pactuados com taxa pós-fixada de 120% do CDI.

Na data referente de 31 de dezembro de 2012, não havia obrigações de recursos de ações e emissões de títulos.
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas despesas no resultado no montante de R\$ 27 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2012).
c) Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado

	2013	2012
DPGE	2.987	6.089
Aceites cambiais	27	69
Fundo Garantidor de Crédito	267	589
Obrigações por cessões de crédito (nota 15.a)	9.940	30.148
Total	13.221	36.854

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2013	2012
Imposto de renda	1.040	191
Contribuição social	967	124
COFINS a recolher	2.306	236
PIS a recolher	375	38
Impostos retido na fonte	291	200
Outras FGTS a recolher	29	21
Outras	48	7
Total	5.056	817

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2013	2012
Obrigações por cessões de créditos (a)	49.234	59.019
Provisão para riscos cíveis, fiscais (nota 16)	29.173	27.517
Créditos diversos - passivos (b)	4.026	3.520
Outros	3.379	3.131
Total	85.812	93.187

Circulante
Não circulante

a) A partir de 1º de janeiro de 2012 os valores recebidos nas cessões de créditos foram classificados no passivo, na rubrica "Obrigações por operação de venda ou transferência de ativos financeiros" em conformidade com a Resolução 3.533/2008 e carta-circular 3.543/2012 (nota 7). No semestre e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas despesas no montante de R\$9.940 (R\$ 30.148 em 2012). (ii) contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços no montante de R\$ 3.219 (R\$ 3.556 em 2012) e (iii) juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 850 em 2012.
b) (c) Composição por: (i) valores a pagar para lojas referente cartão de crédito no montante de R\$ 59 (R\$ 1.358 em 2012); (ii) contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços no montante de R\$ 3.219 (R\$ 3.556 em 2012); (iii) valores a repassar ao lojaista na antecipação de recebíveis de cartão de crédito no montante de R\$ 495 (sem valor em 2012).
c) Composição por: (i) valores a pagar para lojas referente cartão de crédito no montante de R\$ 59 (R\$ 1.358 em 2012); (ii) contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços no montante de R\$ 3.219 (R\$ 3.556 em 2012); (iii) juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 850 em 2012.

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

A Finança é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e trabalhistas.

a) Saldos patrimoniais da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e obrigações legais por natureza:

	2013	2012
Contingência cível	1.278	1.036
Contingência Fiscal	27.895	26.481
Total	29.173	27.517

b) Movimentação dos riscos provisionados e obrigações legais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Movimentações das contingências	-	-	-	-
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2011	1.192	249	25.022	26.463
Adições	1.532	303	1.459	3.394
Reversões	(51)	-	(1.448)	(1.499)
Pagamento	(761)	(33)	-	(794)
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012	1.036	-	26.481	27.517
Adições	694	-	618	1.312
Reversões	(11)	-	-	(11)
Pagamento	(375)	-	-	(375)
Saldo Inicial em 30 de junho de 2013	1.344	-	27.099	28.443
Adições	691	-	796	1.487
Reversões	(167)	-	-	(167)
Pagamento	(590)	-	-	(590)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2013	1.278	-	27.895	29.173

c) Processos classificados como possíveis
A Finança é parte em 59 processos cíveis (138 em 2012) classificados como risco possível de perda pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 2.322 mil (R\$2.502 em 2012). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Finança. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Não há processos fiscais e trabalhistas classificados como risco possível de perda.
Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d) Passivo contingente
A Finança responde conjunta e solidariamente a 45 processos trabalhistas, cuja responsabilidade contratual é da Credipar Serviços Financeiros Ltda. No segundo semestre de 2012 a Finança reverteu as provisões trabalhistas por ser de responsabilidade da Credipar. A Administração e seus consultores jurídicos entendem que não há chance de perda pela Finança.

A Finança impetrou um mandado de segurança para que fosse declarada ilegal a exigência perpetrada pela autoridade quanto ao recolhimento de PIS e COFINS do montante previsto pela Lei nº 9.718/98, em seu §1º do artigo 3º. O JUIZ Federal, em 14 de agosto de 2008, concedeu a segurança para reconhecer a inconstitucionalidade da cobrança do PIS e do COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98 e o direito líquido e certo da Finança a recolher tais tributos de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 70/91 e nº 07/73, sem as mudanças de base de cálculo e alíquotas previstas na referida Lei nº 9.718/98, bem como fazer a compensação do indébito, recolhido nos últimos dez anos, atualizado pela SELIC, com quaisquer tributos ou contribuições sob a administração da Secretaria da Receita Federal.

Em 31 de março de 2009, houve a apelação e o reexame necessário onde a Receita Federal apelou sustentando a prescrição em relação aos valores recolhidos há mais de cinco anos. A Egrégia 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, deu parcial provimento ao apelo e à remessa oficial.

No dia 28 de maio de 2009, o processo foi transitado em julgado devido ao fato das partes não terem interposto recursos. Com isso, em 30 de junho de 2009, a Administração, baseada nas decisões acima citadas e no trânsito em julgado, contabilizou em "outras obrigações - diversas" o montante de R\$11.980, relativo ao reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e COFINS, promovida pelo art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98. Os montantes foram compensados com tributos federais, restando em 30 de junho de 2012 o montante de R\$162.

No dia 4 de maio de 2011, a União propôs ação rescisória, com pedido de novo julgamento, visando desconstituir a decisão proferida pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A União solicitou a concessão da tutela antecipada, nos termos do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, impedindo imediatamente a realização e compensação de créditos fiscais com base na ação rescisória.

Em 10 de junho de 2011, o Desembargador deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspender liminarmente a execução do julgado rescindendo. Em sua decisão menciona que a execução do processo rescindendo, em regra, não se suspende com a interposição da ação rescisória, nos termos do art. 488 do CPC.

Contudo, nesse caso, há grandes possibilidades de ser o acórdão rescindido, em virtude do reconhecimento, pelo STJ, de que as decisões decorrentes de atividades financeiras típicas deviam ser aplicadas a base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, razão pela qual deve ser deferido o pedido de antecipação da tutela como postulado. Decidiu pela execução do processo rescindendo.

No dia 21 de julho de 2011, a Finança apresentou sua contestação com relação à decisão mencionada acima.
No dia 26 de julho de 2011, o juiz federal deu provimento aos presentes embargos para esclarecer que a antecipação de tutela deferida apenas veda a realização de novas compensações de créditos fiscais com base na ação rescisória, não autorizando o início do procedimento administrativo por parte do Fisco tendente a buscar a cobrança de compensações realizadas antes da concessão da tutela antecipada, até o julgamento do mérito da ação rescisória.

Considerando que na decisão antecipada da tutela, o desembargador menciona que existe grande

possibilidade da ação rescisória cancelar o acórdão transitado em julgado, que a Finança compenso tributos federais com créditos obtidos decorrentes da ação rescisória supracitada e que a Finança não incluiu na apuração do PIS e do COFINS as receitas sobre sua atividade-irmã, a Administração efetua a provisão em 30 de novembro de 2011, no valor de R\$24.860, considerando que o risco de perda do processo relativo à ação rescisória é provável, restituiu dessa forma a provisão relativa à obrigação legal para o PIS e o COFINS.

Em 06 de dezembro de 2012, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmando os efeitos prospectivos da ação rescisória, preservando, assim, as compensações realizadas pela Finança.

Em 05 de janeiro e 21 de janeiro de 2013 a União e a Finança, respectivamente, protocolaram embargos de declaração. No dia 04 de abril de 2013, foi proferido acórdão acolhendo os embargos com o objetivo de mencionar os dispositivos legais e constitucionais suscitados pelas partes, mas mantendo a decisão anterior.

Em 03 de junho de 2013, foram protocolados Recursos Especial e Extraordinário pela União Federal. Em 09 de julho de 2013, a Finança apresentou suas contra razões, bem como protocolou Recurso Especial Adesivo e Recurso Extraordinário Adesivo. Em 26 de julho de 2013 a União Federal apresentou suas contra razões.

Em 29 de julho de 2013, os autos foram encaminhados para o Vice-Presidente do TRF da 4ª Região, para que ele verificasse se foram atendidos os requisitos para aceitação (admissibilidade) dos recursos interpostos pela União Federal e pela Finança, para que, somente após, em sendo admitidos, os autos sejam encaminhados para os Tribunais Superiores.

Contudo, pelo fato de ainda existir possibilidade de recurso pelas Autoridades Fiscais, a provisão de R\$24.860 em 30 de novembro de 2011 no valor total de R\$ 24.860 mil, foi mantida, decorrente das compensações realizadas com créditos tributários oriundos da referida ação. A provisão para risco fiscal vem sendo atualizada pela Selic e em 31 de dezembro de 2013 o montante da provisão é de R\$27.895 mil.

RECURSOS COM PARTES RELACIONADAS

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

Descrição	Nota	2013		2012	
		Saldo (passivo)	Exercício (passivo)	Saldo (passivo)	Exercício (despesa)
Títulos e valores mobiliários		-	2.288	24.988	30.827
FIDC/Credpar Mais	6	-	2.161	443	3.102
Prestito de capital próprio	6	4.357	(27)	(27)	-
Crediparpar Serviços Financeiros Ltda		-	-	-	(69)
Negresco Fomento Ltda.		2.422	(23)	(23)	-
Orlando Otto Kaesemodel Filho		1.935	(4)	(4)	-
Prestito de capital próprio		(10.786)	(8.472)	(15.066)	(11.521)
Crediparpar Serviços Financeiros Ltda (Credpar)	(a)	(1.783)	(8.472)	(15.066)	(10.956)
Crediparparpar Serviços Financeiros Ltda (Credpar)	(b)	-	-	-	(117)
Negresco Fomento Ltda.	(2)	(159)	(262)	(13)	(149)
Renominação de ativos		-	(156)	(262)	(149)
Despesas de honorários		-	(156)	(262)	(149)
Juros sobre o Capital Próprio (líquido de impostos)		-	(1.105)	(1.105)	(850)

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (preços de vencimento e taxas de remuneração de acordo com o mercado), e os saldos são assim resumidos:
(a) Contrato de prestação de serviços de correspondente e serviços contábeis e de controladoria, com prazo de vencimento indeterminado. O valor é determinado com base no volume de operações contratadas no mês multiplicado por um valor unitário definido e o volume total da carteira de crédito em aberto.
(b) Valores recebidos dos clientes a serem repassados a Credipar, referente à tarifa de abertura de crédito.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O CAPITAL SOCIAL, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País é de R\$32.675 (R\$ 32.675 em 31 de dezembro de 2012), representado por 32.675.000 (trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) ações nominativas, sem valor nominal.

No dia 14 de maio de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital no montante de R\$ 8.000, representado por 8.000.000 (oito milhões) ações nominativas, sem valor nominal. O aumento foi através de aporte financeiro. As ações foram distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	No de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	32.261.500	32.261	98,74%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	206.750	207	0,63%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	206.750	207	0,63%
Total	32.675.000	32.675	100,00%

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 04.379.829/0001-06 - Rua Major França Gomes, nº 56 - Santa Quitéria - Curitiba - PR

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Contribuição social	(1.700)	(2.696)	(812)
Total	(4.482)	(7.124)	(2.126)
Impostos Diferidos			
Imposto de renda (nota 9.d)	1.001	1.879	1.613
Contribuição social (nota 9.d)	600	1.127	953
Total	1.601	3.006	2.566
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.881)	(4.118)	(440)
b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:			
	2º Semestre	2013	Exercício
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.521	13.957	7.175
Despesa de IR/CS a alíquota teórica (40%)	(3.408)	(5.583)	(2.870)
Adição (exclusão) permanente:			
Juros sobre capital próprio	520	520	400
Outros	-	(35)	36
Imposto de Renda e CSLL ajustados pela diferenças permanentes	(2.881)	(5.098)	(2.434)
Reversão (provisão) para realização de crédito tributário	-	-	1.382
Compensação de prejuízo fiscal não ativado em anos anteriores	-	569	927
Constituição de crédito tributário de anos anteriores	-	408	531
Outros	-	3	34
Total de IRPJ e CSLL Corrente	(2.881)	(4.118)	(440)

a) Risco de crédito
Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b) Risco operacional
No exercício de 2013, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração. A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Interno, ligada à Diretoria Administrativo-Financeiros, esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Financeira, tendo por resultado empregar ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, visando atender ao disposto na Resolução nº 3.380 junho de 2006 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional foi implementado e esta de acordo com a natureza e complexidade dos produtos serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

c) Risco de mercado
Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiância. A Financeira emprega uma política conservadora na administração da sua exposição a risco de mercado. Atendendo ao disposto na Resolução nº 3.454 de junho de 2007 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado foi implementado e esta de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistema da instituição.

d) Risco de taxas de juros
O Mercado está sujeito aos efeitos da política econômica do Governo Federal, que sempre intervém frequentemente na política monetária do País, com medidas para estabilizar e controlar a inflação. Uma delas é alterar a taxa de juros. Como os ativos da financeira são atualizados por taxas prefixadas e o passivo indexado por taxas pós-fixadas (CD, IPCA), sujeitas a variação de mercado, a Administração gerencia a exposição das taxas de juros através de análises de fluxos de caixa futuros, assim como monitora os atos futuros do governo com o objetivo de equalizar o descaimento das taxas e os prazos nas operações contratadas e captadas.

26. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE (ACORDO BASELII II)
As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada indicador de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2013 atingiu 15,86%.

Patrimônio de referência	2013	2012
Popr	32.853	24.571
Pepr	1.080	737
Pjur1	21.531	20.791
Pban	198	313
Total de parcelas	22.809	22.025
Suficiência (Insuficiência) de Capital	10.074	2.548
Índice de Basileia BACEN	15,86	12,37

27. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA n.º 627/13
A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Administração da Financeira continua analisando os eventuais impactos decorrentes da referida Medida Provisória, mas não espera efeitos significativos pela sua adoção e pretende optar pela adoção a partir do ano-calendário 2015.

DIRETORIA

Orlando Otto Kaesemodel Filho – Diretor Presidente
Sergio Shoji Yamamoto – Diretor Eduardo Alexandre Novakowski – Diretor
Antonio João Beal – Diretor José Gilberto Beal – Diretor

CONTADOR

José Gilberto Beal – Diretor CRC (PR) 035187/O - 7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Curitiba - PR
Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar o escopo e a natureza dos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Cosme dos Santos
Contador
CRC nº 1 RJ-078.160/O-8 T-PR

R\$ 7560,00 - 25655/2014

Súmula de Licenciamento Ambiental

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE, juntamente com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, informa aos usuários que entrou em vigor um novo sistema de publicação de súmulas de licenciamento ambiental padronizado, com modelos pré-definidos conforme legislação vigente.

A nova metodologia, além de tornar mais ágil e seguro o encaminhamento de documentos, possibilita a fixação de valor único de R\$ 36,00 (trinta e seis) para todas as publicações dessa natureza.

Acesse : <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>
OU
Ligue para Central de Atendimento
41 3200.5002



CONTE ATÉ DEZ. A RAIVA PASSA. A VIDA FICA.

PAZ. ESSA É
A ATITUDE.

Acesse cnmp.gov.br/conteate10.
Conheça a campanha, o game, as ações educativas e muito mais. Opine, apoie, sugira, participe.

Anderson Silva
Campeão Mundial
Peso-Médio do UFC

